

CASO MASTER

R\$ 4,4 bilhões para socorrer o BRB

Ibaneis Rocha envia ofício ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) solicitando empréstimo com o objetivo de reforçar o capital do Banco de Brasília e "preservar condições adequadas de liquidez". Pedido está sob análise

» ANA CAROLINA ALVES

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Um dos últimos atos de Ibaneis como governador foi o pedido de empréstimo ao FGC para socorrer o BRB

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), solicitou um empréstimo ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) no valor de R\$ 4,4 bilhões para reforçar o capital do Banco de Brasília (BRB). O pedido foi feito por meio de um ofício assinado pelo chefe do Executivo, que deixa o governo amanhã. Em seu lugar, assume a vice-governadora Celina Leão (PP). Segundo o texto do ofício, encaminhado na última terça-feira, o objetivo do empréstimo é a preservação de condições adequadas de liquidez, "com vistas à manutenção da estabilidade e regular o funcionamento da instituição e do mercado".

O pedido de empréstimo foi divulgado um dia depois de o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, elogiar o trabalho da atual gestão do BRB e afirmar que "a questão envolve uma solução fornecida pelo acionista", referindo-se ao GDF, que tem a maioria das ações do banco. "Eu tenho assistido ao empenho da gestão atual do BRB para tentar equacionar a questão, que é uma questão que está menos na mão da gestão, efetivamente, do BRB, porque é uma questão, hoje, de patrimônio, não de liquidez, que o banco tem que solucionar e, sendo uma questão de patrimônio, é uma questão que envolve uma solução fornecida pelo acionista do banco (o GDF)", disse Galípolo aos jornalistas.

O texto do pedido de empréstimo destaca que a solicitação tem o escopo de contribuir para a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e para a prevenção de uma crise bancária sistêmica. O documento foi enviado ao FGC está sob análise.

O empréstimo foi solicitado, entre outros parâmetros, com base na operação de suporte financeiro de natureza estrutural. Além disso, tem carência de um ano e seis meses e pagamentos semestrais. Como garantias, foram dadas participações acionárias das empresas públicas do Distrito Federal (Caesb, BRB, CEB) e nove imóveis, conforme a lei aprovada na Câmara Legislativa (CLDF).

Para auxiliar na análise do FGC, o GDF prepara um plano de negócios, plano de capital, diagnóstico de necessidades (drivers) e medidas internas em curso (capital, funding, liquidez, redução de risco), proposta de garantias e mapa de elegibilidade/ônus de ativos, e uma minuta de cronograma de implementação e governança de monitoramento.

O ofício enviado ao fundo traz dados do balanço do primeiro semestre de 2025, que mostra um desempenho consistente, segundo texto do documento. "O BRB apresentou lucro líquido recorrente de R\$ 518 milhões, ROAE ou Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio de 21,8%, ativos totais de R\$ 74,5 bilhões, patrimônio líquido de R\$ 4 bilhões e resultado de intermediação financeira de R\$ 2 bilhões, evidenciando robustez operacional, eficiência na alocação de capital e adequada gestão de riscos, em linha com o papel estratégico do banco no desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal", aponta trecho do pedido.

Saída possível

O economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), César Berço, explica que, por ser integrante do sistema do FGC, o BRB pode recorrer ao fundo em momentos de necessidade. "O fundo é privado e formado por recursos dos próprios bancos, então existe essa previsão dentro da sua estrutura", afirmou. Ele ressalta que, embora não seja comum um banco de porte médio recorrer a esse tipo de operação, isso não representa irregularidade. "Há uma análise prévia das garantias justamente para que o FGC não fique no prejuízo. O banco precisa

apresentar um plano de negócios consistente, com previsão de pagamento do empréstimo", acrescentou.

Na avaliação do especialista, o problema enfrentado pelo BRB não é de liquidez, mas patrimonial, como indicou Gabriel Galípolo. "As agências funcionam normalmente, os clientes conseguem sacar e resgatar investimentos. Ou seja, não é um problema de liquidez, mas de capital", explicou. Segundo ele, o pedido de empréstimo, com garantias envolvendo imóveis e participações acionárias do Distrito Federal, pode dar fôlego à instituição. "Não é um valor suficiente para resolver tudo, mas ajuda a administrar o capital no curto prazo. É uma solução emergencial, ainda que com custo elevado, pois envolve juros acima do CDI", pontuou.

O especialista avalia que a medida pode abrir caminho para outras ações de reequilíbrio financeiro e até facilitar a interlocução com o Banco Central. "Com um plano estruturado e a formalização do pedido de empréstimo, aumenta a chance de o regulador aceitar prazos mais flexíveis para a entrega dos balanços", disse. Ele destaca o papel do FGC na estabilidade do sistema financeiro. "O FGC é fundamental para evitar o chamado risco sistêmico, o efeito dominó de quebra de bancos. Ele protege principalmente

pequenos investidores, até o limite de R\$ 250 mil, e traz mais segurança ao sistema como um todo", ressaltou.

Prevenção

Especialista em mercado financeiro e análise macroeconômica da Armada Asset, Marcos Valadão explica que o FGC também atua de forma preventiva. "Em situações de estresse, bancos podem receber suporte financeiro, como assistência de liquidez ou operações estruturais, quando enfrentam crises severas, mas ainda recuperáveis", detalhou. "Esse processo normalmente ocorre em coordenação com o Banco Central e exige plano de recuperação robusto, além de garantias de alta qualidade", continuou. "A lógica é econômica, o FGC só atua quando preservar o banco custa menos do que liquidá-lo e indenizar os depositantes", acrescentou.

Valadão esclarece que o FGC reduz o risco de corridas bancárias no varejo ao garantir depósitos até R\$ 250 mil por CPE, embora a estabilidade sistêmica dependa do Banco Central. "Ainda assim, para bancos médios e regionais, como o BRB, essa garantia é fundamental para viabilizar a captação via CDBs e LCIs. Na prática, diminui o custo de funding e aumenta a competitividade frente aos grandes bancos", enfatizou.

Imóveis listados como garantia

Endereço proprietário	Uso
SIA Trecho Serviço Público Lt F	Caesb
SIA Trecho Serviço Público Lt G	Parque de Apoio Saúde
SIA Trecho Serviço Público Lt I	Sec. de Transporte e Mobilidade
SIA Trecho Serviço Público Lt H	Sec. Economia
SIA Trecho Serviço Público Lt C	Ceb
SIA Trecho Serviço Público Lt B	Novacap
Centrad Qd. 3 Conj. A Lt 1	Centrad
SAI/N Distrito Federal	Polícia Militar
Gleba 'A' Terracap	Serrinha do Paranoá

O que é o FGC?

» É uma associação civil, privada e sem fins lucrativos, que atua como um mecanismo de proteção para depositantes e investidores. Funciona como um seguro para o dinheiro dos investidores, garantindo a devolução de valores aplicados em caso de problemas graves com a instituição financeira, como uma intervenção ou liquidação pelo Banco Central.

» O patrimônio desse Fundo é formado por contribuições mensais, feitas pelas próprias instituições financeiras associadas (bancos, sociedades de crédito, financiamento e investimento), representando uma proteção custeada pelo próprio sistema para a segurança de seus clientes e instituições.

Justiça derruba liminar que preservava Serrinha

O primeiro vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, desembargador Roberval Belinati, derrubou, ontem, a liminar que proibia o uso da Gleba A da Serrinha como garantia ao BRB.

A liminar havia sido concedida pela Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF, no último domingo (22/3), pelo Juiz Carlos Frederico Maroja. "Defiro a tutela provisória de urgência, para cominar aos réus a proibição de efetivar todo e qualquer ato de alienação, oneração ou oferta da chamada Gleba A da Serrinha do Paranoá, sob pena de multa no valor de R\$ 500 milhões", determinou ele na decisão.

Segundo o magistrado, além

de ser área de relevância ecológica, havia risco da gleba ser vendida por uma preço menor devido à pressão do BRB em captar recursos, o que causaria prejuízo ao patrimônio público.

A ação popular foi protocolada por membros do Partido Verde (PV) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e pedia a suspensão imediata de qualquer uso, alienação ou operação envolvendo a Gleba A da Serrinha do Paranoá, área considerada estratégica para o equilíbrio hídrico da capital. No documento, os autores alegavam risco de dano ambiental "grave e irreversível" e apontaram que a medida poderia comprometer o abastecimento hídrico da capital.

"Tenho muito mais acertos do que erros"

» ADRIANA BERNARDES

A última semana do governador Ibaneis Rocha (MDB) à frente do Palácio do Buriti foi em clima de despedida, nostalgia e, principalmente, de uma pressão política para que ele apresentasse uma solução capaz de equilibrar as contas do Banco de Brasília (BRB), garantindo, assim, a solidez e a credibilidade da instituição junto ao mercado. Ibaneis deixa, hoje, o cargo para disputar uma cadeira no Senado.

Em entrevista ao **Correio**, Ibaneis rebateu as críticas da oposição, descartou uma aproximação com o presidente Lula para salvar o banco e admitiu: o escândalo em torno da tentativa fracassada de comprar o Banco Master, gerando um rombo

de R\$ 12,2 bilhões à instituição brasiliense, vai respingar na sua campanha. "Não tenho dúvida. Mas tenho muito mais acertos do que erros", resumiu.

Ele também vai levar consigo a frustração de não ter resolvido os problemas da saúde pública. Um fracasso, que ele atribuiu aos dois anos de pandemia de covid-19 e às decisões de seu antecessor. "Tivemos a pandemia que fez acumular as cirurgias eletivas e tirou os investimentos para ampliação da rede. Agora estamos nos recuperando", disse.

Ibaneis listou como conquistas a construção de sete UPAs, de UBS, os programas de cirurgias em parceria com a iniciativa privada, a construção de três hospitais, além dos

Renato Alves/Agência Brasília



Ibaneis entregou 400 lotes para pessoas em situação de vulnerabilidade

projetos do Hospital do Câncer e de Doenças Raras, que aguardam liberação do Tribunal de Contas do

DF (TCDF). "Todos com recursos assegurados. Os efeitos serão sentidos em breve", garantiu o governador.

Em relação à dificuldade em preencher o quadro de servidores da saúde, Ibaneis afirmou que foi "(o governador) quem mais nomeou na história da saúde". E que os problemas na área tem nome e data. "(Foi) quando o Agnelo reduziu a carga horária dos servidores, sem redução de salário para novas contratações. De lá para cá foi recuperar o desastre".

Sobre os pontos positivos da sua gestão, Ibaneis citou os programas sociais. "Tirar as pessoas da fome e dar dignidade. Recebemos semana passada pela segunda vez o prêmio Betinho de Segurança Alimentar. Os cartões incluem prato cheio, creche, material escolar, uniforme e outras (políticas), como os restaurantes comunitários com refeições a R\$ 1 o

almoço, e R\$ 0,50 o café da manhã; a inclusão do jantar todos os dias.

Nesta conversa, o filme de sete anos de gestão passa rápido, segundo ele. Da lembrança saudososa do Quituart — onde ele decidiu disputar o Buriti —, até a emoção de ver o filho crescer nos corredores do poder. "Gravei um vídeo (para falar sobre as realizações) e fiquei meia hora falando".

Ao ser indagado sobre os momentos que se emocionou na gestão, ele respondeu: "Principalmente quando me lembrei que o meu filho mais novo entrou no Palácio do Buriti no dia primeiro com apenas 16 dias de nascido, e hoje está um garoto de 7 anos. Aí deu para medir o passar dos anos", disse.